

POLÍTICAS PÚBLICAS E EMPODERAMENTO FEMININO:
perspectiva a partir da atuação da Subsecretaria de Políticas para a
Mulher de Campo Grande/MS¹

PUBLIC POLICIES AND WOMEN'S EMPOWERMENT:
*perspective based on the work of the Subsecretariat for Women's
Policies in Campo Grande/MS*

POLÍTICAS PÚBLICAS Y EMPODERAMIENTO FEMENINO:
*perspectiva a partir de la actuación de la Subsecretaría de Políticas
para la Mujer de Campo Grande/MS*

Zunilda Zavala de Freitas²

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo o estudo acerca da colisão entre a políticas públicas e o empoderamento feminino, partindo da análise de como os grupos de mulheres contribuem para o desenvolvimento do empoderamento feminino, em seguida, ingressar na questão específica sobre o tema proposto, sendo adotada, para tanto, a abordagem metodológica qualitativa, por meio de uma pesquisa eminentemente bibliográfica na qual a fundamentação tem como base os referenciais que envolvem a questão analisada. O artigo pretende, também, fazer uma breve contextualização de como as políticas públicas no âmbito da Subsecretaria de Políticas para a Mulher contribuem para o fortalecimento do empoderamento. Ao final, concluímos que o grupo de mulheres é um espaço de socialização, de fortalecimento mútuo e de autonomia econômica.

PALAVRAS-CHAVE: Empoderamento Feminino. Políticas Públicas. Grupos. Subsecretaria de Políticas para a Mulher.

ABSTRACT: This article aims to study the collision between public policies and female empowerment, starting from an analysis of how women's groups contribute to the development of female empowerment, then moving on to the specific issue of the proposed theme, adopting, for this purpose, a qualitative methodological approach, through an eminently bibliographic research in which the rationale is based on references involving the issue analyzed. The article also aims to provide a brief contextualization of how public policies within the scope of the Subsecretariat for Women's Policies contribute

¹ Artigo apresentado como requisito parcial para a conclusão do Curso de Pós-Graduação em Direitos Humanos das Mulheres e Políticas Públicas do Instituto Avançado de Ensino Superior e Desenvolvimento Humano – INSTED, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Ordália Alves de Almeida e do Prof. Dr. Thiago Melim Braga

² Zunilda Zavala de Freitas é estudante do Curso de Pós-Graduação em Direitos Humanos das Mulheres e Políticas Públicas do Instituto Avançado de Ensino Superior e Desenvolvimento Humano – INSTED. Graduada em Serviço Social pela Universidade Anhanguera - Uniderp, no ano de 2017. E-mail: zunildafreitas_@hotmail.com.

to strengthening empowerment. In conclusion, we conclude that women's groups are a space for socialization, mutual strengthening, and economic autonomy.

KEYWORDS: Female Empowerment. Public Policies. Groups. Undersecretary for Women's Policies.

RESUMEN: El presente artículo tiene como objetivo estudiar la colisión entre las políticas públicas y el empoderamiento femenino, partiendo del análisis de cómo los grupos de mujeres contribuyen al desarrollo del empoderamiento femenino, para luego abordar la cuestión específica sobre el tema propuesto, adoptando para ello un enfoque metodológico cualitativo, mediante una investigación eminentemente bibliográfica en la que la fundamentación se basa en los referentes que rodean la cuestión analizada. El artículo pretende, además, ofrecer una breve contextualización de cómo las políticas públicas en el ámbito de la Subsecretaría de Políticas para la Mujer contribuyen al fortalecimiento del empoderamiento. Al final, concluimos que el grupo de mujeres es un espacio de socialización, de fortalecimiento mutuo y de autonomía económica.

PALABRAS CLAVE: Empoderamiento Femenino. Políticas Públicas. Grupos. Subsecretaría de Políticas para la Mujer.

INTRODUÇÃO

O trabalho realizado na coletividade possibilita que habilidades e experiências sejam compartilhadas e transformadas. É uma metodologia que proporciona o aprendizado por meio da interação, da colaboração, da troca de ideias, sentimentos e conhecimentos. Levando-nos à questão norteadora deste artigo sobre “As ações dos diversos grupos de mulheres no âmbito da Subsecretaria de Políticas para a Mulher – SEMU contribuem para o fortalecimento do empoderamento feminino?”.

Dessa forma, o desdobramento argumentativo da presente discussão parte da responsabilidade e do compromisso da Subsecretaria de sensibilizar a população sobre os serviços prestados e promover o adequado acesso a todas as pessoas que deles necessitar. Para isso, é necessária uma articulação constante entre todas as políticas públicas, em que se faz possível, por meio das parcerias que a SEMU desenvolve divulgando os serviços primando pela sua qualidade e manutenção.

Nessa linha de pensamento, a proposta do empoderamento se dá por meio de oficinas, roda de conversas e palestras em que se pretende que as

informações transmitidas possam provocar mudança na vida das mulheres. Sim, a proposta é informar para empoderar, o mundo é dinâmico e precisamos estar abertos para adquirirmos novos conhecimentos a partir da interação social.

O presente artigo tem como objetivo principal analisar como os grupos de mulheres contribuem para o desenvolvimento do empoderamento feminino. Para tanto, na primeira parte serão abordados os fundamentos das competências da Subsecretaria de Políticas para a Mulher – SEMU. Por sua vez, na segunda parte, serão abordados os modos como o grupo de mulheres contribuem para o fortalecimento do empoderamento feminino.

Por fim, é preciso reconhecer que o grupo não é apenas um espaço que desenvolve atividades manuais, ele representa um potencial que vai além das condições favoráveis para a melhoria da qualidade de vida dessas mulheres.

COMPETÊNCIAS DA SUBSECRETARIA DE POLÍTICAS PARA A MULHER

A Prefeitura Municipal de Campo Grande, capital do Estado de Mato Grosso do Sul, criou a Subsecretaria de Políticas para a Mulher, por meio da Lei n. 5793, de 3 de janeiro de 2017, à qual compete a “formulação das políticas públicas para assegurar à mulher o exercício pleno de seus direitos e a sua participação no desenvolvimento econômico, social e cultural do município”.

A Subsecretaria de Políticas para a Mulher (SEMU) está vinculada à Secretaria de Governo e Relações Institucionais (SEGOV) e possui a missão de formular políticas de interesse da mulher, garantindo a transversalidade da perspectiva de gênero nos programas, projetos e ações das diferentes instâncias do Poder Público. Tem como público alvo mulheres campo-grandenses, no geral, e as mulheres em situação de vulnerabilidade social, em particular, em conjunto com os demais organismos municipais e com o Conselho Municipal de Direitos da Mulher, de forma participativa, atuando em 6 eixos temáticos: Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres; Saúde integral da Mulher; Educação, Cultura e esporte; Empreendedorismo, Geração de Emprego, Trabalho e Renda; infraestrutura e Meio Ambiente; e Participação Política e Exercício de

Poder, visando certificar o compromisso e a corresponsabilidade entre as diversas políticas, na garantia dos direitos das mulheres.

Nesse sentido, a Subsecretaria também é a gestora administrativa da Casa da Mulher Brasileira, sendo responsável pelos atendimentos de recepção, triagem e psicossocial, alojamento de passagem e brinquedoteca. A Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande – MS foi a primeira a ser instalada no Brasil e visa atender de forma integral a mulher vítima de violência, contribuindo para o empoderamento da mulher e para o rompimento do ciclo da violência.

Dentre as competências da SEMU estão o planejamento e o desenvolvimento de campanhas e ações articuladas com as demais políticas públicas, cursos de capacitação para servidores, palestras, oficinas e roda de conversa junto às Rede de Ensino, Centros de Referência de Assistência Social, Unidades de Saúde, Associações, Instituições, Clube de Mães, Universidades, empresas, Igrejas etc. Visando, com isso, a promoção dos direitos das mulheres, o enfrentamento a todos os tipos e formas de discriminação e violência contra a mulher e a divulgação dos serviços oferecidos voltados para o atendimento à mulher.

Conseqüentemente, a Subsecretaria de Políticas para a Mulher (SEMU) tem como compromisso a elaboração e defesa de políticas públicas destinadas à valorização da mulher na sociedade, enfrentar à desigualdade de gênero, combater qualquer forma de violência e discriminação contra as mulheres, valorizando sua autonomia e garantindo a democracia.

GRUPO DE MULHERES: dispositivo que contribui para o empoderamento feminino

Ainda hoje as mulheres são sujeitas a restrições e limitações de uma sociedade que tem em suas raízes históricas a tradição machista. No passado, a cultura feminina, considerada inferior, delimitou-as apenas à relação doméstica e de submissão tanto no âmbito familiar quanto o social sem ter a oportunidade de ser ouvida e de participar de importantes decisões, até mesmo em relações

ao seu próprio corpo. Segundo Simone de Beauvoir (1970, p. 81), o mundo sempre pertenceu aos machos. Nenhuma das razões que nos propuseram para explicá-lo nos pareceu suficiente.

À luz da filosofia existencial os dados da pré-história e da etnografia poderemos compreender como a hierarquia dos sexos se estabeleceu, possibilitando as reflexões sobre padrões de comportamentos machistas e estereotipados, a partir da compreensão dos conceitos de gênero, patriarcado, dentre outros. Ao transformar conceitos, busca-se reduzir as desigualdades de gênero e melhorar a qualidade das relações, reduzindo também a violência contra mulheres e meninas.

No Brasil, em especial ao longo das últimas três décadas, vivencia-se um processo de criação dessas condições, ainda que lento em sua aplicação prática. A partir da (re)democratização do país nos anos de 1980, inicia-se uma redefinição do Estado na área social, provocando o deslocamento de boa parte das políticas sociais para a esfera local de governo, o que produz não somente alterações no conteúdo, processo de formulação e implementação das políticas, como também uma grande diversidade e prioridades.

O Plano Nacional de Políticas para Mulheres (2013) apresenta para a sociedade a necessidade de ações concretas para garantir a igualdade de acesso e oportunidades entre mulheres e homens a todos os meios de desenvolvimento social, físico, econômico, emocional, político e cultural. Assim, exige atitudes e compromissos dos Estados e dos governos, nas suas diferentes esferas, que sejam transformadores das estruturas institucionais que ainda reproduzem e reafirmam a desigualdade.

Destaca em seu quinto capítulo o fortalecimento e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão, a importância de:

Fomentar e fortalecer a participação igualitária, plural e multirracial das mulheres nos espaços de poder e decisões, por meio da promoção de mudanças culturais, legislativas e institucionais que contribuam para a construção de valores e atitudes igualitárias e democráticas e para a construção de políticas para a igualdade. (PNPM, 53).

E ainda apresenta como objetivos específicos:

Fortalecer a participação social na formulação e implementação das políticas públicas de promoção da igualdade de gênero e de combate a todas as formas de discriminação considerando as dimensões étnicas, raciais, de orientação sexual, identidade de gênero, geracionais e mulheres com deficiência. E destacamos a meta de “Fortalecer [...] e a participação social na formulação e implementação das políticas públicas. (PNPM, 54).

As políticas públicas são importantes e imprescindíveis instrumentos que podem contribuir significativamente na correção das desigualdades sociais. Para o crescimento e fortalecimento da política pública para a mulher, faz-se necessária uma articulação constante entre todas as políticas públicas, para a efetivação, na prática, do conjunto de leis e direitos garantidos no Plano Nacional de Políticas para as mulheres.

Nesse sentido, é importante situar o que se entende por políticas públicas. Para Hofling (2001, p. 02) as políticas públicas constituem o “Estado em ação”, por meio de programas pensados para setores específicos da sociedade: As políticas públicas são aqui compreendidas como as de responsabilidade do Estado – quanto à implementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolvem órgãos públicos e diferentes organismo e agentes da sociedade relacionados à política implementada (HOFLING, 2001, p.31).

Segundo a Revista Conages: “Políticas públicas de empoderamento feminino são vistas como medidas necessárias para limitar a exploração do mais fraco pelo mais forte em sociedade marcada pelo machismo e pelo preconceito” (XII Conages, 2016). Diante disso, ressalta-se que as mulheres vêm tomando consciência de que podem quebrar o estereotipo antigo, tornando-se um canal de percepções para assumir uma nova realidade na sociedade, e assim, fazer parte de um processo de crescimento humano.

Nos últimos anos, o termo “empoderamento feminino” chegou com muita força. Para Ferrari (2013, p. 02) o empoderamento feminino passa por vários caminhos: na sociedade, pelo conhecimento dos direitos da mulher, por sua

inclusão social, instrução, profissionalização, consciência de cidadania e, também, “por uma transformação no conceito que ela tem dela mesma, em sua autoestima”.

Vale pontuar que as mulheres vêm tomando consciência de que podem quebrar o estereotipo antigo, tornando-se um canal de percepções para assumir uma nova realidade na sociedade e, assim, fazer parte de um processo de crescimento humano. Nos últimos anos, o termo “empoderamento feminino” chegou com muita força. Para Ferrari (2013, p. 02), o empoderamento feminino passa por vários caminhos: na sociedade, pelo conhecimento dos direitos da mulher, por sua inclusão social, instrução, profissionalização, consciência de cidadania e, também, “por uma transformação no conceito que ela tem dela mesma, em sua autoestima”.

O empoderamento feminino nos traz importantes reflexões sobre o papel da mulher na sociedade, sobre a independência como um fator importante para sua liberdade e sobre as grandes transformações sociais em importantes momentos da história. A partir disso, é possível afirmar que “a liberdade, vista sob a perspectiva instrumental, classifica-se em cinco tipos distintos de direitos e oportunidades” (AZEVEDO, 2012, p. 31), quais sejam as liberdades políticas, as facilidades econômicas, as oportunidades sociais, as garantias de transparências e segurança protetora. Isso, pois, a posição mais elevada e a independência feminina podem favorecer a redução das desigualdades contra o sexo feminino nas tomadas de decisões familiares, influenciando para a mudança social em geral (AZEVEDO, 2012, p. 34).

Ao buscar compreender como o grupo de mulheres contribuem para o desenvolvimento do empoderamento feminino, foi possível identificar que nós, seres humanos, somos constituídos pelas relações que estabelecemos, estamos inseridos cotidianamente em variados grupos, somos seres sociais. Zimmerman (1997, p. 26) discorre que “o ser humano é gregário e somente existe em função de seus inter-relacionamentos grupais. Sempre, desde o nascimento. O indivíduo

participa de diferentes grupos”. Para além dos grupos a que pertencemos no nosso cotidiano, como os formados no trabalho, família, lazer, estudos etc., grupos estes coordenados por um ou mais profissionais que agregam pessoas como agentes de desenvolvimento e crescimento pessoal e social.

Numa perspectiva construcionista social, as práticas grupais são consideradas meios de refletir, questionar e desconstruir conteúdos disseminados socialmente de modo natural. Nos grupos, “o que antes era uma experiência individual de dor e humilhação passa, no compartilhamento social, a ser um exemplo de resistência”, destaca também Pedrosa e Brigagão (2014, p. 223).

Nesse sentido, dentro da visão de promoção social, o grupo pode ser considerado como um dispositivo que ultrapassa os seus objetivos, referindo-se ao grupo de artesanato desenvolvido na Subsecretaria de políticas para a mulher (SEMU) representa uma saída da rotina para essas mulheres que ali participam, pois, é o lugar não só para desenvolver suas habilidades manuais, é onde elas buscam momentos de prazer e uma ruptura com a solidão e com os problemas do cotidiano, muitas das vezes desgastante e estressante.

Os encontros contribuem muito para essa socialização e é também uma forma de usufruir de momentos de expressão de criatividade, de ocupação de espaços e tempos, de distração, de rir, de momentos de cuidado de si mesma. E, conseqüentemente, é preciso reconhecer que o grupo não é apenas um espaço que desenvolve atividades manuais, mas representa um potencial que vai além das condições favoráveis para a melhoria da qualidade de vida dessas mulheres. Podemos mencionar também a autonomia financeira como um grande aliado para o empoderamento de cada delas.

Conforme Zanello (2010) aponta, nomear e partilhar o sofrimento, ao mesmo tempo em que o percebe semelhante em outras pessoas pode ser uma experiência transformadora, sobretudo quando se abre o “é a vida” em que muitas mulheres vivem para um “pode ser diferente”, construindo em novas relações interpessoais.

Pode-se compreender que o grupo é uma importante ferramenta para disseminar as informações e dialogar sobre ações para enfrentar à desigualdade de gênero, combater qualquer forma de violência e discriminação contra as mulheres, valorizando, assim, a autonomia e o empoderamento feminino. Dessa forma, as práticas desenvolvidas em cada encontro possibilitam a mudança na realidade habitualmente vivida, tornando-as protagonista de suas histórias, por essa razão, sentem-se encorajadas e aptas a tomarem novos posicionamentos, novas possibilidade de ação no cotidiano e na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As lutas incansáveis das mulheres pelo reconhecimento de seus espaços e direitos são enfrentamentos que perduram ao longo dos tempos. Somos seres em constante interação social. Diante disso, esse artigo objetivou destacar a importância dos grupos enquanto dispositivos para a ampliação de novos conhecimentos e informações, permitindo, assim, transformações na vida e nos espaços aos quais essas pessoas se socializam, tornando-as empoderadas.

Nessa perspectiva, podemos compreender como os grupos contribuem para a promoção da autonomia econômica, para o empoderamento, a interação, a socialização e o fortalecimento mútuo. Agregando ainda, valores humanos, sociais e econômicos. Em uma sociedade machista e preconceituosa, os grupos de mulheres podem também ser vistas como necessárias para limitar as desigualdades de gêneros.

Por fim, ressalta-se o trabalho da Subsecretaria de Políticas para a Mulher (SEMU) como um compromisso com a elaboração e defesa de políticas públicas destinadas à valorização da mulher na sociedade, promovendo, elaborando, articulando e coordenando políticas públicas direcionadas às mulheres, garantindo a democracia, o enfrentamento à desigualdade de gênero ao combater qualquer forma de violência e discriminação contra as mulheres, valorizando sua autonomia. E assim, contribui para o desenvolvimento do empoderamento feminino.

Diante disso, é preciso reconhecer que o grupo de mulheres não é apenas um espaço que desenvolve atividades manuais, mas que representa um potencial significativo na viabilização das ações das políticas públicas para as mulheres e o empoderamento feminino.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Vilma Maria. *The challenges for the empowerment of women farmers from Aquisition Food Program: the case of Barbacena-MG*. 2012. 195 f. Dissertação (Mestrado em Instituições sociais e desenvolvimento; Cultura, processos sociais e conhecimento) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2012.

AFONSO, Maria Lúcia M. (org.). *Oficinas em dinâmicas de grupo: um método de intervenção psicossocial*. São Paulo: Casa do psicólogo, 2010.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: fatos e mitos*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

CAMPO GRANDE. Prefeitura de Campo Grande/MS. Plano Municipal de Políticas para as Mulheres (2013).

FERRARI, Rosana. O Empoderamento da Mulher. Disponível em: <http://www.fap.sc.gov.br/noticias/empoderamento.pdf>. Acesso em: 07 set. 2024.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. "Estado e políticas (públicas) sociais". In: *Cadernos CEDES*, ano XXI. São Paulo: UNICAMP, 2001.

PEDROSA, Mariana & ZANELLO, Valeska. In: STEVENS, Cristina Maria Teixeira (org.). *Mulheres e violências: interseccionalidades*. Brasília: TECHNOPOLITIK, 2017.

PEDROSA, C. M. & BRIGAGÃO, J. I. M. Mulheres em movimento: grupos como dispositivos de ação coletiva. In: C. Guanaes-Lorenzi, M. S. Moscheta, C. M. Corradi-webster, & L. V. Souza (org.). *Construcionismo social: discurso, prática e produção do conhecimento*. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2014.

HEFFEL, Carla Kristiane Michel et al. A construção da autonomia feminina: o empoderamento pelo capital social. Anais XII CONAGES... Campina Grande: Realize Editora, 2016. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/18303>>. Acesso em: 19 set. 2024.

ZIMERMAN, David E. OSORIO, Luiz Carlos (1997). Fundamentos teóricos. In: ZIMERMAN, David E.; OSORIO, Luiz Carlos (orgs.). *Como trabalhamos com grupos*. Porto Alegre: Artmed, 1997.